

O caso Master e a atuação seletiva do ministro André Mendonça

Everton Gimenis

04/09/2026

O escândalo do Banco Master deixou de ser apenas um caso de fraude financeira. Tornou-se também um teste para as instituições brasileiras e para um princípio elementar do Estado Democrático de Direito: a lei deve valer igualmente para todos. As revelações que se acumulam sobre Daniel Vercaro expõem uma extensa rede de relações com políticos, empresários e integrantes das mais altas instâncias do poder. Justamente por isso, todas as conexões precisam ser apuradas com rigor. O que não se pode aceitar é uma investigação orientada por conveniências políticas, com exposição máxima para adversários e proteção para aliados.



Arte com foto wikipedia commons

É nesse ponto que a conduta do ministro André Mendonça, relator de parte das investigações no Supremo Tribunal Federal, desperta preocupação. Indicado ao STF por Jair Bolsonaro, Mendonça retirou o sigilo de informações que atingem Alexandre de Moraes, adversário declarado do bolsonarismo. Se há indícios contra Moraes, eles devem ser investigados. Ninguém pode estar acima da lei, nem mesmo um ministro do Supremo. O problema é a régua mudar quando as suspeitas alcançam integrantes da própria direita, aliados da família Bolsonaro ou outros ministros citados nos elementos reunidos pela Polícia Federal.

Reportagens baseadas em relatórios da PF afirmam que Mendonça teria concentrado esforços em Moraes enquanto não dava o mesmo encaminhamento a indícios relacionados a Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques. A própria Polícia Federal apontou possível interferência do relator no trabalho investigativo e tratamento diferenciado conforme o alinhamento político dos envolvidos. A Procuradoria-Geral da República, por sua vez, questionou procedimentos adotados pelo ministro. São acusações institucionais graves e que, evidentemente, também precisam ser examinadas com respeito ao devido processo legal.

As dúvidas aumentaram com as revelações sobre o Instituto Iter. Fundado por Mendonça, que figurava como sócio ao lado da esposa, o instituto recebeu, segundo levantamento do UOL, R\$ 8,2 milhões em recursos públicos mediante 52 contratos sem licitação em pouco mais de dois anos. A entidade sustenta que todas as

contratações respeitaram a legislação, e Mendonça afirma que não recebeu lucros. Mesmo assim, é inevitável questionar a adequação ética de um ministro do STF emprestar sua imagem a uma organização privada contratada por órgãos públicos de todo o país.

Foi ainda na sede do Iter que Mendonça recebeu Vorcaro, em março de 2025, numa reunião que não constava da agenda oficial. O ministro declarou que o encontro tratou de precatórios, não da crise do Master. Pouco depois de a reunião e os contratos do instituto virem a público, anunciou a saída da sociedade. Pode haver uma explicação legal para cada episódio isolado, mas o conjunto exige transparência. Quem conduz uma investigação dessa magnitude não deve apenas ser imparcial: precisa demonstrar, por seus atos, que não possui interesses ou relações capazes de comprometer a confiança pública.

Duas réguas para investigar

O contraste com o tratamento dispensado a Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, é evidente. Ele é investigado por suspeitas de tráfico de influência em favor de empresas interessadas em negócios com o governo federal. Até o momento, porém, as reportagens sobre os casos não demonstraram que os contratos pretendidos tenham sido efetivamente celebrados, nem que recursos públicos tenham sido liberados em razão de sua suposta atuação. Sua defesa nega qualquer irregularidade.

Isso não significa que a apuração deva ser encerrada. Juridicamente, o crime de tráfico de influência não depende necessariamente da assinatura de um contrato ou do efetivo desembolso de dinheiro público. Se existem elementos concretos, que sejam investigados. Mas também não se pode transformar tentativa, conversa ou suspeita em condenação antecipada, muito menos vaziar seletivamente informações para produzir desgaste político em período eleitoral.

Mendonça autorizou investigações e buscou acesso integral aos dados obtidos pela quebra de sigilo de Lulinha. Relatório da Polícia Federal divulgado pela imprensa chegou a apontar que o ministro teria aplicado padrões probatórios distintos ao caso do filho de Lula e a uma investigação envolvendo ACM Neto. Essa comparação é reveladora: situações com semelhanças relevantes não podem receber enquadramentos opostos conforme a identidade política do investigado.

A postura do presidente Lula, nesse aspecto, oferece um contraponto democrático. Ao comentar as apurações envolvendo o próprio filho e seu ex-chefe de gabinete, Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, Lula afirmou que não interferiria no trabalho da Polícia Federal e que, se alguém tivesse cometido uma ilegalidade, deveria responder como qualquer cidadão. Mais recentemente, ao falar sobre o caso Master, voltou a defender que todos sejam investigados e cobrou uma resposta do STF e da PGR.

Essa deve ser a posição de qualquer democrata: investigar todos e punir quem for considerado culpado, depois de assegurados o contraditório e a ampla defesa. Não se trata de proteger Lulinha, Moraes ou qualquer pessoa ligada ao campo progressista. Trata-se de rejeitar a instrumentalização da Justiça para perseguir adversários e blindar aliados.

O filme de milhões e o silêncio conveniente

Quando as suspeitas se aproximam da família Bolsonaro, a disposição investigativa parece perder velocidade. O exemplo mais escandaloso é o financiamento de Dark Horse, filme concebido para promover a trajetória política de Jair Bolsonaro. Áudios e mensagens revelados pela imprensa mostram Flávio Bolsonaro cobrando Vorcaro por pagamentos destinados ao projeto. O senador inicialmente negou a relação e depois admitiu que havia mentido, atribuindo a negativa a uma suposta cláusula de confidencialidade que não apresentou publicamente.

As informações disponíveis apontam que cerca de R\$ 61 milhões teriam sido repassados e que as negociações poderiam alcançar aproximadamente R\$ 134 milhões. Apesar do volume extraordinário, continuam nebulosos o caminho do dinheiro, o orçamento real da produção, os destinatários finais e a justificativa econômica do investimento. O empresário Antônio Carlos Freixo Júnior, o Mineiro, que firmou

acordo de colaboração com a PGR, afirmou ter operado repasses ligados ao fundo responsável pelo projeto. A produtora, Flávio Bolsonaro e o deputado Mário Frias, produtor executivo do filme, apresentaram versões que não se encaixam perfeitamente. Frias também mudou sua versão depois da divulgação de áudios.

Há, portanto, muito mais do que uma especulação vaga. Existem transferências, cobranças registradas, intermediários identificados e versões contraditórias. Ainda assim, o chamado caso Dark Horse permaneceu sob sigilo enquanto Mendonça tornou públicas informações prejudiciais a Moraes e a figuras do governo. Parlamentares de PT, PCdoB, PSOL e Rede já pediram ao STF o levantamento do sigilo e a substituição do relator, cobrando tratamento isonômico. Se transparência é a justificativa para expor uns, ela precisa alcançar também Flávio Bolsonaro e os demais envolvidos no financiamento milionário de uma obra de promoção política.

A rede política de Vorcaro

O círculo bolsonarista relacionado a Vorcaro não termina em Flávio. Segundo a Polícia Federal, o senador Ciro Nogueira teria recebido ao menos R\$ 6 milhões em pagamentos mensais entre 2024 e 2025. Os investigadores também apuram sua atuação em favor de interesses do Master no Congresso. Ciro deve ter direito à defesa, mas o material atribuído à PF exige apuração profunda, sem proteção partidária.

Fábio Faria, ex-ministro das Comunicações de Bolsonaro, aparece nas mensagens como importante ponte de Vorcaro com autoridades de Brasília. Reportagens mostram que ele compartilhava contatos, organizava aproximações e articulava encontros. Conversas extraídas do celular do banqueiro também o mostram tratando da presença de políticos e ministros em festas patrocinadas por Vorcaro e fazendo referências de teor constrangedor a mulheres que participariam desses eventos. É mais prudente descrever o que aparece nas mensagens do que afirmar, sem prova concluída, que Faria “agenciava mulheres”. Mas o conteúdo revelado é suficientemente grave para exigir investigação sobre a natureza dessas festas, seus financiadores, convidados e possíveis interesses envolvidos.

Nikolas Ferreira também oferece um retrato das contradições da extrema direita. Depois de minimizar sua relação com Vorcaro, teve divulgado um áudio em que chama o banqueiro de “Dani” e “lindão”, afirma que gostaria de ter mais proximidade e pede ajuda para destravar um ativo mineral ligado a um amigo e ex-assessor. Vorcaro, por sua vez, declarou em mensagens ter bancado voos usados por Nikolas na campanha de 2022. O deputado admite contatos e o uso de uma aeronave, mas nega ter recebido dinheiro ou praticado irregularidades. Cabe investigar, e não substituir prova por meme ou apelido. Mas cabe igualmente apontar a distância entre o discurso moralista dessas lideranças e as relações que aparecem quando os celulares são periciados.

Há ainda a proposta de delação em que Vorcaro atribuiu a doações de R\$ 5 milhões para as campanhas de Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas a condição de contrapartida por um suposto acordo relacionado ao Credcesta, intermediado por Gilberto Kassab. A PF e a PGR rejeitaram versões dessa proposta por falta de elementos novos e de comprovação. Kassab e Tarcísio negam as acusações. Portanto, o relato não pode ser apresentado como fato consumado. Deve, contudo, ser avaliado em conjunto com provas independentes eventualmente existentes, sem ser descartado ou acolhido conforme a conveniência eleitoral dos envolvidos.

A Justiça não pode escolher seus alvos

O caso Master revela a promiscuidade construída entre o poder financeiro e parcelas expressivas do sistema político, empresarial e judicial. Vorcaro não cultivava relações ideológicas; cultivava relações de poder. Financiava eventos milionários, aproximava-se de autoridades, patrocinava projetos e buscava acesso privilegiado às decisões da República. Seria um erro reduzir tudo a uma disputa entre Moraes e Mendonça ou entre petistas e bolsonaristas.

Mas também seria ingenuidade ignorar que André Mendonça foi indicado ao Supremo como o ministro “terrivelmente evangélico” de Jair Bolsonaro e que sua atuação, agora, produz efeitos políticos favoráveis ao

grupo que o levou à Corte. Quando adversários do bolsonarismo são expostos e aliados permanecem protegidos pelo sigilo ou por investigações lentas, a aparência de imparcialidade desaparece.

Não queremos blindagem para Moraes, Toffoli, Nunes Marques, Fux ou qualquer ministro. Não queremos blindagem para Lulinha, Marcola ou integrantes do governo Lula. Tampouco aceitaremos blindagem para Flávio, Jair e Eduardo Bolsonaro, Tarcísio, Ciro Nogueira, Nikolas Ferreira, Mário Frias, Fábio Faria ou qualquer aliado da direita. A mesma régua precisa valer para todos.

Investigar não é condenar. Suspeita não é prova. Delação rejeitada não é sentença. Mas sigilo seletivo, vazamento orientado e diferença de tratamento corroem a credibilidade da Justiça e transformam processos criminais em armas eleitorais. O Brasil já conhece os danos causados por operações que trocaram o devido processo legal pelo espetáculo político.

Por isso, o caso Master precisa ser conduzido com transparência, controle institucional e imparcialidade. Todas as relações de Vercaro devem ser esclarecidas, todos os fluxos financeiros precisam ser rastreados e todos os responsáveis por crimes comprovados devem ser punidos. Sem escolhidos, sem protegidos e sem perseguidos. Justiça seletiva não é Justiça.

Everton Gimenis é cientista político, bancário e vice-presidente da CUT/RS.

Compartilhe nas redes: